

Diário do Acionista

ANO V • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 26 de agosto de 2021 • Nº 1140 • R\$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

RECEITA

Arrecadação soma R\$ 171,3 bilhões em julho

A Receita Federal registrou uma arrecadação de R\$ 171,3 bilhões em julho. Isso representa um recorde para o mês (já considerando números atualizados pela inflação). O resultado significa um crescimento real - considerando o efeito da inflação - de 35,5% na compa-

ração com julho do ano passado. Em relação ao mesmo período de 2019, quando não houve impacto da pandemia, os dados de julho de 2021 registraram alta real de 11,5%. O balanço foi divulgado ontem pelo Ministério da Economia. No acumulado de janeiro a julho, a arre-

cação de impostos somou R\$ 1,053 trilhão. Isso significa uma alta real de 26,1% na comparação com o mesmo período do ano passado, e também recorde na série histórica (iniciada em 1995, mas padronizada em 2000). **PÁGINA 2**

JULHO

Contas externas têm saldo negativo de US\$ 1,58 bi

As contas externas tiveram saldo negativo de US\$ 1,584 bilhão em julho, informou ontem o Banco Central (BC). No mesmo mês de 2020, o déficit foi de US\$ 646 milhões nas transações correntes, que são as compras e vendas de mercadorias e serviços e transferências de renda com outros países. De acordo com o chefe do Departamento de Estatísticas do BC, Fernando Rocha, a diferença no resultado na comparação interanual se deve ao crescimento das importações de bens e serviços, das despesas com lucros e dividendos (transações de empresas estrangeiras no país que remetem lucros ao exterior) e na conta de serviços. "Isso representa maior demanda doméstica por bens e serviços do exterior e mais lucratividade das empresas estrangeiras instaladas no Brasil. Todos esses fatores são consistentes com o crescimento da atividade econômica", disse Rocha. **PÁGINA 2**

BOLSONARO DERROTADO

Rodrigo Pacheco rejeita pedido de impeachment contra Moraes

WALDEMIR BARRETO/AGÊNCIA SENADO



O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (foto), decidiu rejeitar o pedido de impeachment formalizado pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal). Bolsonaro ingressou com a ação contra Moraes na última sexta-feira. Além da destituição do cargo, o presidente pedia o afastamento do ministro de funções públicas por oito

anos. Nesta semana, o governo começou a trabalhar em outra peça de impeachment de ministro, desta vez contra Luís Roberto Barroso, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas esbarrou na dificuldade de encontrar embasamento jurídico para o afastamento do ministro. Por isso, auxiliares palacianos acreditam que Bolsonaro tende a engavetar o pedido de impeachment contra Barroso. **PÁGINA 3**

2022

Governo deve prever salário mínimo perto de R\$ 1.170

PÁGINA 2

PANDEMIA

Prefeitura do Rio suspende plano de reabertura

A prefeitura do Rio de Janeiro decidiu suspender o plano de flexibilização das atividades, que começaria a vigorar em 2 de setembro. Os motivos alegados são o avanço da pandemia na cidade, principalmente com a variante Delta, e a irregularidade no fornecimento de vacinas por parte

do Ministério da Saúde. O anúncio foi feito ontem, em nota da Secretaria Municipal de Saúde. "Desde o primeiro anúncio sobre o plano de reabertura da cidade, no início de agosto, foi frisado que essas medidas estavam condicionadas a um cenário epidemiológico favorável". **PÁGINA 4**

RACHADINHA

JOSÉ ALBERTO/STJ



De olho em vaga no STF, Noronha alivia Flávio para agradar Bolsonaro

O ministro João Otávio de Noronha, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) (foto), determinou a suspensão da investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), o policial militar aposentado Fabrício Queiroz, acusado de operar o esquema da "rachadinha" no gabinete do filho do presidente Jair Bolsonaro, e outros 15 investigados. Assim, o TJ-RJ deverá suspender a apuração contra o grupo acusado pelo Ministério Público do RJ de fazer um esquema de arrecadação de salário dos funcionários de Flávio quando ele era deputado estadual. **PÁGINA 3**

SÃO PAULO

Doria projeta iniciar terceira dose no dia 6 de setembro

PÁGINA 3

INDICADORES

IBOVESPA: 0,50% / 120.817,71 / 606,96 / Volume: 24.907.750.580 / Quantidade: 3.390.156										Bolsas no mundo		Salário mínimo	R\$ 1.100,00	IGP-M	0,78% (jul.)	EURO turismo										
Maiores Altas			Maiores Baixas			Mais Negociadas			Fechamento		Ufir	R\$ 3,7053	IPCA	0,96% (jul.)	Compra:	6,1923	Venda:	6,3723								
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.	Dow Jones	35.405,5	+0,11 <th>NASDAQ Composite</th> <td>15.041,858</td> <td>+0,15<th>Taxa Selic (05/08)</th><td>5,25%</td><th>CDI</th><td>0,33</td><td>até o dia 24/ago</td><th>Compra:</th><td>5,2459</td><th>Venda:</th><td>5,2465</td></td>	NASDAQ Composite	15.041,858	+0,15 <th>Taxa Selic (05/08)</th> <td>5,25%</td> <th>CDI</th> <td>0,33</td> <td>até o dia 24/ago</td> <th>Compra:</th> <td>5,2459</td> <th>Venda:</th> <td>5,2465</td>	Taxa Selic (05/08)	5,25%	CDI	0,33	até o dia 24/ago	Compra:	5,2459	Venda:	5,2465			
SUZANO S.A. ON NM	62,26	+5,44	+3,21	BANCO INTER UNT N2	64,19	-4,42	-2,97	VALE ON NM	99,50	-0,21	-0,21	Euro STOXX 50	4.180,98	+0,08	Poupança 3 (26/8)	0,24%	Ouro	R\$ 299,00	BM&F/grama	R\$ 299,00	EURO Comercial	Compra: 6,1330	Venda: 6,1336	DÓLAR comercial	Compra: 5,2107	Venda: 5,2113
TOTVS ON NM	39,08	+4,16	+1,56	SID NACIONALON	37,70	-2,31	-0,89	PETROBRAS PN ED N2	27,73	+0,54	+0,15	CAC 40	6.676,48	+0,18	TR (prefixada) (29/8/2017)	0,0098	EURO turismo	Compra: 5,2208	Venda: 5,4008	DÓLAR turismo	Compra: 5,2208	Venda: 5,4008				
CVC BRASIL ON NM	22,90	+4,00	+0,88	AMERICANAS ON NM	42,42	-1,35	-0,58	SUZANO S.A. ON NM	62,26	+5,44	+3,21	FTSE 100	7.150,12	+0,34												
KLABIN S/A UNT N2	26,67	+3,90	+1,00	LOJAS AMERICPN N1	5,81	-1,02	-0,06	MAGAZ LUIZA ON NM	19,55	+1,61	+0,31	DAX	15.860,66	-0,28												
BRASKEM PNA N1	62,86	+3,92	+2,37	PETRORIO ON NM	18,92	-0,84	-0,16	SMART FIT ON NM	27,40	-2,14	-0,60															

DocuSigned by:

Autêntico

Acionista

6BF787B5695F4B6...

DS

AUTENTICIDADE GARANTIDA

ao fazer o download em nosso site

www.diariodoacionista.com.br

BOLSONARO DERROTADO

Pacheco rejeita pedido de impeachment contra Moraes

WASHINGTON LUIZ/FOLHAPRESS

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (DEM-MG), decidiu rejeitar o pedido de impeachment formalizado pelo presidente Jair Bolsonaro contra o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal).

Bolsonaro ingressou com a ação contra Moraes na última sexta-feira. Além da destituição do cargo, o presidente pedia o afastamento do ministro de funções públicas por oito anos.

Nesta semana, o governo começou a trabalhar em outra peça de impeachment de ministro, desta vez contra Luís Roberto Barroso, do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), mas esbarrou na dificuldade de encontrar embasamento jurídico para o afastamento do ministro.

Por isso, auxiliares palacia-

nos acreditam que Bolsonaro tende a engavetar o pedido de impeachment contra Barroso.

O Planalto não quer repetir o que aconteceu com o pedido de impeachment de Moraes. Mesmo tendo supostamente mais indícios, a peça recebeu uma sa-raivada de críticas jurídicas.

O principal argumento para o afastamento de Barroso seria de que ele teria pressionado deputados a votarem contra a PEC do Voto Impresso, derrotada no plenário da Câmara.

Mas não há provas dessa pressão. A visita feita por Barroso ao Congresso foi a convite dos parlamentares.

Sem provas, Bolsonaro diz que houve fraude nas eleições. Ele é investigado no STF por suas declarações em ataque ao sistema de urnas eletrônicas.

Bolsonaro chegou a dizer que Barroso "apavorou" parlamen-

tares. A proposta obteve 229 votos favoráveis e 218 contrários, além de uma abstenção. Eram necessários 308 votos para sua aprovação.

Dois dias após a Câmara dos Deputados derrotar a proposta, o presidente do TSE anunciou uma série de medidas para ampliar a transparência de uma eletrônica.

Em reação aos ataques de Bolsonaro, o tribunal decidiu criar uma comissão externa de transparência composta por universidades, entidades da sociedade civil e diversos órgãos públicos, entre eles as Forças Armadas e a Polícia Federal.

O possível recuo também pode ser resposta ao esforço de ministros palacianos, que vinham tentando dissuadi-lo dos pedidos contra Barroso e Alexandre de Moraes, do STF, inéditos na história da República.

Para interlocutores do presi-

dente, os apelos para arrefecer a crise também teriam ajudado. Ademais, também teria contribuído para o possível recuo o fato de Bolsonaro já ter dado uma resposta à militância, com o impeachment de Moraes, na semana passada.

O pedido de impeachment de Moraes foi assinado pelo próprio presidente da República, o que é incomum.

Ao justificar a solicitação, o mandatário afirma que o ministro cometeu crime de responsabilidade no âmbito do inquérito das fake news, no qual foi incluído por Moraes por ataques ao sistema eleitoral.

Segundo Bolsonaro, os atos praticados pelo ministro "transbordam os limites republicanos aceitáveis" e Moraes não "tem a indispensável imparcialidade para o julgamento dos atos" do presidente da República.

TUDO EM CASA

MPM faz avaliação a jato e, sem investigar, livra oficiais bolsonaristas

VINICIUS SASSINE/FOLHAPRESS

O MPM (Ministério Público Militar) fez avaliações a jato, sem investigação, e concluiu que os atos políticos praticados pelo general da ativa do Exército Eduardo Pazuello e pelo tenente-brigadeiro Carlos de Almeida Baptista Junior, comandante da Aeronáutica, não constituíram crimes militares.

Pazuello subiu em um palanque político no Rio de Janeiro, ao lado do presidente Jair Bolsonaro, e discursou a apoiadores após um passeio de moto em 23 de maio.

Baptista Junior é o mais bolsonarista dos três comandantes das Forças Armadas e usa sua conta no Twitter para curtir e compartilhar conteúdo alinhado ao bolsonarismo.

A oficiais da ativa são vedadas manifestações políticas, mas as mais altas patentes nas

Forças vêm ganhando carta branca para manifestar apoio político a Bolsonaro.

A cooptação feita pelo presidente é operada pelo ministro da Defesa, general da reserva Walter Braga Netto. As Forças estão vinculadas à Defesa.

A Ouvidoria do MPM recebeu denúncias de cidadãos sobre os dois atos políticos, protagonizados por Pazuello e Baptista Junior. As denúncias foram convertidas em notícias de fato. Esse é um procedimento preliminar de investigação comumente adotado no Ministério Público.

A competência para analisar acusações, investigar e denunciar oficiais-generais suspeitos de crimes militares é do procurador-geral de Justiça Militar, Antônio Pereira Duarte. IPMS (inquéritos policiais militares) e denúncias, caso levados adiante, são remetidos ao STM (Supe-

rior Tribunal Militar).

O procedimento relacionado a Pazuello foi aberto em 26 de maio, três dias após o ato político. Em 11 de junho, duas semanas depois, o procurador-geral determinou o arquivamento das acusações.

Já a notícia de fato referente ao comandante da Aeronáutica foi registrada em 23 de junho. Ele já estava no cargo havia quase três meses, após a maior crise militar provocada por um presidente da República desde a década de 1970, com a demissão do então ministro da Defesa e dos três comandantes.

Em 19 de julho, menos de um mês após a abertura do processo, o MPM decidiu arquivar os autos. Para decidir pelo arquivamento, o procurador-geral não fez diligências. Limitou-se a ouvir o Comando do Exército, no caso de Pazuello, e o coman-

dante da Aeronáutica.

Duarte acatou os argumentos e proferiu o despacho mandando as acusações para o arquivo. Esta é a regra e o modus operandi no MPM, adotados tanto pelo atual procurador-geral quanto por antecessores quando se trata de procedimentos relacionados a oficiais-generais.

Em dois anos e meio, o MPM arquivou 65 procedimentos envolvendo militares das mais altas patentes, antes mesmo de envio do material ao STM. Isso significa que, em média, dois procedimentos são arquivados por mês.

Os despachos que estão abertos no sistema de consulta de processos do MPM mostram que, em geral, os processos vão para o arquivo somente com base nos argumentos apresentados pelos militares citados. Os argumentos são acatados, e a investigação deixa de existir.

JUSTIÇA VENDIDA

De olho no STF, Noronha agrada Bolsonaro e livra Flávio da rachadinha

MATHEUS TEIXEIRA E MARCELO ROCHA/FOLHAPRESS

O ministro João Otávio de Noronha, do STJ (Superior Tribunal de Justiça) (foto), determinou a suspensão da investigação contra o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ), o policial militar aposentado Fabrício Queiroz, acusado de operar o esquema da "rachadinha" no gabinete do filho do presidente Jair Bolsonaro, e outros 15 investigados.

Assim, o TJ-RJ (Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro) deverá suspender a apuração contra o grupo acusado pelo Ministério Público do RJ de fazer um esquema de arrecadação de salário dos funcionários de Flávio quando ele era deputado estadual.

Noronha afirmou que a relatora do caso em segunda instância, a desembargadora Maria Augusta Vaz, teria acolhido pedido do MP e mantido nos autos documentos que foram declarados nulos pela Quinta Turma do STJ.

A decisão foi dada a pedido de Queiroz, que é amigo do chefe do Executivo desde a década de 80 e era assessor de Flávio na Assembleia Legislativa do Rio. A decisão faz referência à ordem da Justiça fluminense do início do mês de acolher pedido

do MP do Rio e manter a tramitação da denúncia contra o senador mesmo após a anulação das quebras de sigilo bancário e fiscal dos acusados. O MP-RJ argumenta que, mesmo sem os dados tornados nulos pelo STJ, a análise sobre a acusação contra o senador deve prosseguir.

A desembargadora do caso atendeu ao pedido da Promotora e notificou os acusados para responder à denúncia. O movimento processual, agora suspenso pelo ministro do

STJ, não tornou Flávio e os demais acusados réus. O Órgão Especial ainda vai analisar se há elementos para abrir uma ação penal com as provas que consideram válidas.

As quebras de sigilos bancário e fiscal foram anuladas em fevereiro porque, na avaliação da maioria dos ministros da Quinta Turma do STJ, o juiz Flávio Itabaiiana não fundamentou a razão da medida em sua decisão.

De acordo com os autos do inquérito, as informações bancárias são fundamentais na denúncia. Elas permitiram que os investigadores rastreassem a transferência de dinheiro dos ex-funcionários de Flávio na Alerj para Fabrício Queiroz, ex-assessor do senador apontado como operador financeiro do esquema.



COVID-19

Governo de SP inicia 3ª dose para idosos no dia 6 de setembro

O Governador João Doria anunciou ontem a ampliação da campanha contra a Covid-19 com a terceira dose da vacina para idosos com 60 anos ou mais a partir do dia 6 de setembro. Inicialmente, a medida deve atender 900 mil pessoas protegidas com a segunda aplicação de qualquer imunizante há pelo menos seis meses.

"Desde a semana passada, o Comitê Científico vem discutindo com a área da Saúde a proteção das pessoas com mais idade. Essa decisão foi finalizada ontem pela manhã para aumentar a proteção das pessoas com mais de 60 anos", disse Doria. "É uma importante decisão tomada pelo Governo do Estado de São Paulo", acrescentou Doria.

A extensão da campanha foi avaliada pelo Comitê Científico de São Paulo. O objetivo principal é garantir proteção adicional à população mais vulnerável a variantes mais contagiosas do coronavírus, como a delta. O Governo do Estado também pediu mais vacinas ao Ministério da Saúde para antecipar a segunda dose dos públicos restantes.

"Além de proteger a população adulta com a cobertura de segunda dose, é importante também aumentar a proteção dos grupos mais vulneráveis que têm maior chance de, eventualmente, ter um quadro mais grave, com uma dose adicional. Após seis meses, há evidência de uma possível queda de proteção e isso se aplica a todos os imunizantes", afirmou Paulo Menezes, Coordenador do Comitê Científico.

De acordo com a Secretaria de Estado da Saúde, até esta

quarta há 266 amostras positivas da variante delta em todo o território paulista. A estratégia do Governo de São Paulo é assegurar que os índices epidemiológicos e de ocupação hospitalar continuem em queda e evitar a propagação de novas variantes.

"O fato dela ter uma característica de disseminação muito maior que as cepas anteriores faz com que esse olhar de atenção e antecipação se faça necessário", destacou o Secretário da Saúde Jean Gorinchteyn.

A Secretaria da Saúde também já preparou uma nova carteira de vacinação para os idosos que vão receber a terceira dose a partir de setembro. Não haverá necessidade de novo cadastro no Vacina Já (www.vacinaja.sp.gov.br) para a dose adicional, bastando comparecer a qualquer posto de vacinação com o comprovante do esquema de imunização completo há seis meses.

VACINÔMETRO

Até as 13h35 de ontem, o Vacinômetro apontava 74,49% da população paulista protegida com ao menos uma dose contra a Covid-19, o equivalente a pouco mais de 33,34 milhões de pessoas. Em relação à população adulta, São Paulo já vacinou 97,53% dos habitantes com 18 anos ou mais com pelo menos uma aplicação.

O esquema vacinal completo de duas doses ou aplicação única da Janssen alcançou 34,08% da população. Desde o último dia 18, a imunização em São Paulo também passou a atender jovens a partir de 12 anos de idade.

BALBÚRDIA

USP participará de rede global para encontrar cura do HIV

BRUNO BOCCHINI/ABRASIL

A Faculdade de Medicina e o Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo (USP) irão participar de uma rede global de pesquisa que pretende encontrar a cura definitiva para a infecção HIV, o vírus causador da aids, por meio de engenharia genética. A nova abordagem de combate ao vírus buscará o bloqueio completo do HIV dentro das células e sua posterior eliminação.

"As últimas décadas representaram avanços muito importantes no tratamento e controle do HIV e AIDS. Mas o paciente segue precisando se tratar continuamente e o risco de agravamento em caso de interrupção permanece. Esta nova abordagem significará um passo fundamental. Poderá ser, finalmente, a cura do HIV", destacou o professor titular do Departamento de Moléstias Infecciosas e Parasitárias da FMUSP, Esper Kallás, que coordenará o grupo brasileiro.

Atualmente, o combate ao HIV é feito principalmente com o uso de medicamentos retrovirais, que precisam ser tomados pelos pacientes por toda a vida. No entanto, essas drogas eliminam o vírus que está circulante no sangue, mas atua com menor intensidade nas células infectadas.

Com a nova abordagem proposta pela pesquisa, os cientistas buscarão maneiras de bloquear e trancar o HIV dentro das células, deixando-o inativo, o que deverá ser feito com drogas que agirão no material genético do vírus. A ideia é encontrar os caminhos para modificar o vírus dentro da célula a ponto de destruí-lo, eliminando-o do paciente.

Nota

ESTADO REGISTRA AUMENTO DE ROUBOS E FURTOS EM JULHO

Dados da Secretaria da Segurança Pública de São Paulo (SSP), divulgados ontem, mostram que a quantidade de roubos no estado em julho chegou a 19.146 ocorrências, 10,3% a mais que o registrado no mesmo mês do ano passado (17.357). Furtos também tiveram alta, de 31.042 casos em julho de 2020 para 39.013 em julho de 2021, um crescimento de 25,6%. Já os homicídios dolosos caíram 9,2% no mês passado, em comparação com o sétimo mês de 2020. O número passou de 217 casos para 197. A quantidade de vítimas desse crime também apresentou recuo, de 4,5%, no período – passou de 223 para 213. Nos latrocínios, roubos seguidos de morte, tanto o número de ocorrências como o de vítimas tiveram redução. O primeiro passou de 14 casos para 9; e o segundo, de 15 para 10. Ambas as quantidades são as menores da série histórica, segundo a SSP. A quantidade de estupros também apresentou diminuição, de 2,6%, em julho, em comparação a igual mês do ano passado. O número passou de 921 casos para 897.

Nota

GILMAR MANDA ARQUIVAR PROCESSO CONTRA SERRA POR SUPOSTA PROPINA

O ministro Gilmar Mendes, do STF (Supremo Tribunal Federal), determinou o arquivamento de uma ação penal em que o senador licenciado José Serra (PSDB-SP) era investigado porque teria recebido propina da Odebrecht em contas no Brasil e no exterior. Segundo a Lava Jato paulista, Serra teria recebido os valores da empreiteira em meio à negociação do contrato do Governo de São Paulo para construção do Rodoanel. O tucano foi governador

entre 2007 e 2010. Gilmar afirmou que o caso já esteve no Supremo e foi remetido pela corte para a Justiça Eleitoral de São Paulo e que a Justiça Federal daquele estado descumpriu decisão do STF ao prosseguir com a investigação. Além de determinar o encerramento da apuração, o ministro também anulou mandados de busca e apreensão e quebras de sigilos de Serra que haviam sido determinadas pela 6ª Vara Criminal da 1ª Subseção Judiciária de SP. Segundo Gilmar, a Justiça Federal "violou a autoridade da decisão" do Supremo que remeteu o inquérito que apurava o suposto pagamento de propina ao tucano pela Odebrecht.

